

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

08/09/2026

Sumário

1. Crise climática ameaça frequência e aprendizagem nas escolas

LIRAS DA LIBERDADE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
06/09/2026 20:52

Crise climática ameaça frequência e aprendizagem nas escolas

Visualizar notícia

Fonte original

PUBLICIDADE

A crise climática já afeta a trajetória escolar de crianças e adolescentes no Brasil, ao combinar problemas de saúde, interrupções nas aulas e condições ambientais que prejudicam a concentração. Em Goiás, o calor intenso e a baixa umidade durante a estiagem ampliam casos de desidratação, cansaço, irritações e agravamento de problemas respiratórios, enquanto enchentes e secas podem retirar estudantes das escolas por vários dias.

Os efeitos sobre a saúde não significam que resfriados ou gripes sejam provocados diretamente pelas mudanças climáticas. Ambientes mais quentes, secos ou poluídos, porém, podem agravar sintomas e favorecer problemas respiratórios, aumentando as faltas escolares. Quando a criança adoece, perde conteúdo, reduz a participação nas atividades e pode ter o rendimento comprometido.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alerta que crianças são especialmente vulneráveis aos impactos climáticos porque seus organismos ainda estão em desenvolvimento. A exposição à poluição pode fragilizar o sistema imunológico e tornar infecções respiratórias mais severas e frequentes. No caso do calor, dados apresentados pelo Unicef indicam que um aumento de 0,5 °C na temperatura do ambiente pode reduzir em cerca de 1% o rendimento dos estudantes.

Em Goiânia, a Secretaria Municipal de Educação orientou, em agosto, o reforço da hidratação, a oferta de refeições mais leves, a adequação das atividades físicas e a manutenção dos ambientes ventilados durante o período de calor intenso. As medidas respondem a efeitos que chegam diretamente à rotina escolar, sobretudo em regiões onde a estiagem combina altas temperaturas, baixa umidade e poeira.

Para Thiago Battaglini, líder de programas e projetos da Fundação Abrinq, o impacto climático percorre uma cadeia que começa na saúde e alcança a sala de aula. “A criança doente não vai para a escola, ou ela tem um desempenho escolar inferior. Ela não consegue ter atenção, falta, então isso tem uma consequência bem prática para a saúde dessa criança e também para a educação”, afirmou.

Battaglini também cita um dado segundo o qual estudantes de municípios que estão entre os 10% mais quentes do país perdem cerca de 1% do aprendizado por ano em razão da maior exposição ao calor. O problema se agrava quando o clima extremo interrompe o funcionamento das escolas ou impede o deslocamento de alunos e professores.

Segundo o líder da Fundação Abrinq, crianças podem perder de sete a 12 dias de aula por ano em razão de inundações, o equivalente a quase duas semanas de atividades escolares. Em 2024, 1,17 milhão de crianças e adolescentes ficaram sem aulas no Brasil por eventos climáticos, principalmente enchentes e secas. No mundo, 242 milhões de estudantes em 85 países foram afetados.

A interrupção das aulas produz consequências que ultrapassam o calendário escolar. Escolas atingidas podem precisar de reparos ou ser utilizadas como abrigos, enquanto famílias afetadas por desastres enfrentam perda de renda, danos à moradia e dificuldades de transporte. “A desigualdade se sobrepõe”, resume Battaglini.

Edson Ferrari, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, chama atenção para a perda acumulada de dias letivos. Em entrevista, ele afirmou que um estudo recente do Unicef aponta uma média de cerca de dez dias de aula perdidos no Brasil, embora também tenha mencionado 12 dias entre os 200 previstos para o ensino fundamental.

Ferrari relaciona frequência, saúde e desempenho escolar. “Se você tiver uma imunização correta, uma alimentação correta nas creches, nas escolas, vai ter melhoria da qualidade delas. O que isso vai resultar? Em um aprendizado melhor”, disse. Ele também descreveu diferenças regionais: no Centro-Oeste, o calor e a poeira; na Amazônia, a fumaça; e, no Sul, o excesso de água.

A reabertura das escolas não encerra o problema. O caderno do Unicef sobre continuidade pedagógica e recomposição das aprendizagens, publicado em 2026, defende que as redes de ensino tenham planos preparados antes das crises, com estratégias para preservar o vínculo com os estudantes e manter as atividades quando possível.

Depois de uma interrupção, a orientação é identificar lacunas de aprendizagem, priorizar conteúdos essenciais, reorganizar o planejamento e oferecer apoio aos professores. O Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, instituído pelo Decreto nº 12.391/2025, prevê avaliação diagnóstica, apoio pedagógico às redes e equipes docentes e preparação para situações extremas que afetem a oferta educacional.

A iniciativa também prevê que as redes desenvolvam capacidade de adaptação, ajustem currículo e infraestrutura e formem professores para atuar na recomposição. O apoio técnico e financeiro da União é destinado a estados e municípios que aderirem voluntariamente ao pacto.

“Abrir as portas” novamente, portanto, é apenas uma etapa, afirma Battaglini. Para ele, é necessário identificar estudantes que deixaram de frequentar as aulas e estabelecer estratégias de busca ativa para assegurar o retorno e recuperar o aprendizado perdido.

A preocupação ganhou visibilidade durante a COP30, realizada em Belém, em 2025. Para demonstrar os efeitos do calor sobre a aprendizagem, o Unicef criou a instalação “Estufa Improvável”, uma sala de aula cenográfica mantida a 38 °C. A entidade alertou que, a 35 °C, estudantes apresentam mais dificuldade de concentração, maior cansaço e menor produtividade.

Outro levantamento do Unicef aponta que 16 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, três em cada dez, estão atualmente expostos a três ou mais riscos climáticos, como calor extremo e secas. Nesse cenário, a continuidade pedagógica deixa de ser uma resposta excepcional e passa a integrar o planejamento permanente das redes de ensino.

Proteger a aprendizagem, diante de uma realidade climática mais instável, exige combinar cuidados de saúde, garantia de frequência, adaptação da infraestrutura e apoio pedagógico. Cada interrupção pode parecer limitada, mas a repetição de faltas e perdas de conteúdo transforma eventos extremos em uma conta educacional que recai sobretudo sobre os estudantes mais vulneráveis.

PUBLICIDADE PUBLICIDADE Comentários